CABNAVE
Estaleiros Navais de Cabo Verde, s.a.r.l.

Relatório do Conselho de Administração

1. Generalidades

O mercado da CABNAVE continua a manter o essencial das suas características, ao longo dos últimos tempos, particularmente se situados nos últimos sete anos. As alterações mais significativas situam-se ao nível do volume de facturação, que já registou 23% como a maior quebra anual e 53% como a maior recuperação anual.

As margens de actuação no âmbito de políticas que visem alterar o quadro da exploração com ganhos evidentes, continuam sendo bastante limitadas e condicionadas a uma mobilização significativa de recursos financeiros, que ultrapassa as capacidades internas da empresa.

Para além da via da privatização, encontram-se equacionados dois cenários para o relançamento da CABNAVE, porém qualquer desses cenários contam com as restrições acima referidas, motivo porque a sua implementação imediata não está garantida. Tal como se admitiu no relatório do exercício anterior.

As previsões de que a conjuntura económica internacional, com reflexo na actividade da CABNAVE, não evoluiria de modo favorável à exploração, confirmaram-se. Assim o volume de vendas voltou a decrescer, agora a uma taxa de 5%, sobre os 8% registados no ano transacto.

Embora os últimos exercícios económicos tenham, no essencial, características idênticas, as variações desfavoráveis acumuladas, como aconteceu nos dois últimos exercícios, têm um efeito cumulativo grave nas contas e dão um sinal preocupante sobre o relacionamento futuro com os fornecedores, particularmente no que diz respeito às facilidades habitualmente concedidas.

A facturação em 2006 ficou pelo montante de 201.815 contos, correspondendo à referida quebra de 5%, ou seja menos 11.502 contos que a de 2005. Essa evolução conjugada com a manutenção dos custos resultou no agravamento dos resultados líquidos, que se situaram nos 74.927.616$70 negativos, ou seja, uma evolução negativa de 75%.

Mantém-se o princípio de não registar no balanço, valores reclamados pelo Tesouro, e valores que poderão vir a ser reclamados quer pelo Tesouro como pelo INPS no montante global mínimo de 115.569.886$50, cuja decomposição consta do ponto 15 do anexo ao balanço e à demonstração de resultados. Conforme referido nos relatórios anteriores a opção de não efectuar o registo, é suportada por uma contestação formal, dirigida ao Ministro de Finanças, na parte que diz respeito ao valor efectivamente

debitado (69.977.483$00), enquanto que para a parte restante julga-se que nunca virá a ser formalmente reclamada, por aquelas instituições.

Propomos que o resultado líquido apurado, transite para o ano seguinte, o qual acrescido dos resultados transitados, perfaz o total de 842.485.982$90 negativos.

2. Actividade Comercial

O volume de negócios no valor de 207.374 contos, representa uma quebra relativamente ao mesmo indicador do ano anterior em 23.235 contos, ou seja menos 10%.

Foram reparados 75 navios, menos 9 que o ano anterior, mas menos 12 que há dois anos. O sentido da redução foi o mesmo no que diz respeito às reparações em seco, que normalmente dão uma maior contribuição ao volume de negócios, onde houve uma redução de 67 para 49 navios, o que justifica em parte a diminuição da facturação.

Por tipo de navios, foram reparados 31 de pesca, 22 cargueiros e 22 de outras categorias. Verifica-se que o número de navios de pesca reparado está abaixo da média dos últimos seis anos, que foi de 39, e ficou a dever-se a dificuldades pontuais de um cliente que não pode efectuar as habituais reparações, contribuindo assim para a redução do valor facturado.

No ano de 2006, vinte e nove clientes, representam praticamente 100% da facturação, sendo que nos 10 primeiros, apenas o 1º, o 9º e o 10º são estrangeiros, o que denota um maior peso do mercado nacional neste exercício. Aliás o peso da facturação a clientes nacionais nesse conjunto de 29 é de 68%.

Efectivamente o mercado nacional, de reparação naval, tem estado em recuperação com o surgimento de novos armadores e com a aquisição de novos barcos, o que de certa forma poderá criar uma "almofada" que poderá amortecer um pouco as quebras na actividade, em consequência das características flutuações do mercado estrangeiro de reparação. Esta constatação é boa, porém não justifica qualquer afrouxamento do mercado estrangeiro, pois este mercado sendo muito mais vasto, é onde existe maior capacidade de crescimento.

As reduzidas visitas comerciais continuam circunscritas à Espanha, com particular destaque para as Canárias, onde têm sido contactados armadores espanhóis, chineses e coreanos.

Os esforços feitos no sentido de descobrir o melhor canal para contactos comerciais com os armadores de barcos que eventualmente estejam a apoiar as plataformas de petróleo na Mauritânia, ainda não surtiram efeitos, motivo porque tal objectivo continua actual.

O mercado das obras terrestres continua com um nível de facturação de acordo com a média habitual. Porém mantém-se a expectativa de melhorar esse segmento, o que poderá começar a verificar-se já no próximo ano.

3. Actividade Produtiva

O volume de horas trabalhadas para as encomendas, durante o ano de 2006 foi semelhante ao de 2005, quanto à reparação naval, enquanto que nas obras terrestre caiu em 44%. Com efeito, em 2006 foram trabalhadas 141.588 horas homem (hh) para a reparação naval e 4.688 hh para as obras terrestres, enquanto que em 2005 foram trabalhadas 141.720 hh e 8.373 hh, respectivamente.

Num total de 146.276 hh vendidas, 65.007 hh, representando 44% daquele total, provêm dos trabalhadores sazonais. Esses dados evidenciam uma ligeira quebra de 4.5% no peso dos sazonais, no cômputo das horas vendidas, pois em 2005 participaram com 72.775 hh de um total de 150.093hh.

Os dados relativamente ao pessoal efectivo indicam que estes trabalharam 77.217 hh, 4.052 hh e 55.922 hh, respectivamente para reparação naval, obras terrestres e centros de custos internos. Para esses mesmos destinos, trabalharam 11.156 horas extras. Esses indicadores, em 2005 foram respectivamente 71.150 hh, 6170 hh, 57.110 hh e 12.790 hh.

Continua-se a verificar algumas ineficiências nas operações, devido a desgaste ou insuficiência de equipamentos, em decorrência das limitações em termos de capacidade de suportar os custos elevados de manutenção e de renovação dos investimentos.

De igual modo continua-se a verificar algumas insuficiências a nível do efectivo humano destacado na produção, particularmente no que diz respeito à polivalência e à redução das capacidades, em decorrência de algum envelhecimento.

4. Recursos Humanos

O factor humano representa um dos principais recursos utilizados na exploração do Estaleiro. Tem merecido a atenção adequada, porém continua-se a verificar a insuficiência de alguns instrumentos necessários a uma gestão mais eficaz, nomeadamente no que diz respeito à capacidade de reconversão e renovação.

O quadro de pessoal, no fim do ano, contava com 142 empregados, dos quais 130 do sexo masculino e 12 do sexo feminino. Dos 142 empregados 116 são detentores de contratos sem prazo, enquanto que 26 são contratados a prazo.

Nessa mesma altura a composição por sexo era de 130 homens e 12 mulheres. Por escalões etários, inferior a 31 anos, de 31 a 40 anos, 41 a 50 anos e superior a 51 anos, o efectivo era de 5, 18, 104 e 15 pessoas, respectivamente.

Como habitualmente, no âmbito dos recursos humanos, existe um complemento sazonal de muita importância para a exploração do Estaleiro, que no mês de Abril de 2006, atingiu um pico de 80 trabalhadores.

Durante o exercício registou-se a escassez em algumas especialidades, o que determinou a realização dos cursos de decapagem e pintura, de caldeiraria e de mecânica, sendo que este último só começou no princípio de Novembro.

Também foram aproveitadas formações fora da Empresa, como cursos de curta duração em Autocad 3d, Gestão da Qualidade, Chefia e Liderança e Reforma Geral de Retenção na Fonte, para além de seminários nos domínios de Marketing para Executivos, Gestão de Recursos Humanos e Qualidade, entre outros.

5. Situação Económica e Financeira

Não tendo sido tomada nenhuma decisão de fundo que pudesse alterar a estrutura financeira da CABNAVE, nomeadamente com um saneamento financeiro, ao mesmo tempo que não se verificou qualquer alteração positiva no mercado, o quadro financeiro e económico mantém-se com os habituais desequilíbrios, agravado com a situação de exploração negativa acumulada.

O fundo de maneio continua a agravar-se, tendo-se situado nos 83.372 contos negativos, quando no ano anterior era de 29.205 contos. A evolução deste indicador ficou a dever-se ao aumento dos débitos de curto prazo, nomeadamente nos fornecedores e Sector Público Estatal, com 26.581 e 26.290 contos respectivamente.

Naturalmente que houve uma degradação do rácio de liquidez geral, que passou de 0.84 para 0.63. Ao mesmo tempo que se verificou idêntica evolução na liquidez reduzida e na imediata, que se situaram em 0.21 e 0.04, respectivamente, contra os correspondentes do ano anterior que foram de 0.35 e 0.1.

Os indicadores apresentados fazem evidenciar os graves problemas de tesouraria, que estão já a originar algumas situações mais delicadas na gestão das relações com fornecedores.

Aqueles problemas, que se sucedem no dia a dia, sugerem a ideia de serem os problemas mais imediatos. Porém, essa ideia não pode induzir a gestão no erro de pensar em adoptar a solução do recurso ao financiamento da tesouraria como, forma de ultrapassar o problema, pois o mal é estrutural e a solução passa pela compatibilização da estrutura de custos com o volume da exploração média da Empresa.

A estrutura financeira de médio e longo prazo encontra-se de há muito desequilibrada, devido às sucessivas explorações negativas. Dados os custos e complexidade a agravar a solução, verifica-se ao longo dos anos o adiamento de medidas de fundo que conduzam ao saneamento financeiro da CABNAVE.

Os indicadores de médio e longo prazo são negativos, o que é facilmente perceptível, com a simples observação que os capitais próprios estão contabilizados em 604.428 contos negativos.

Com a exploração negativa, os resultados líquidos situaram-se em 74.928 contos negativos, evidenciando uma degradação de 75% relativamente ao exercício anterior.

As vendas situaram-se nos 201.815 contos e os custos globais nos 275.866 contos, contra os do ano anterior que foram de 213.317 e 267.746 contos, respectivamente. Nota-se que o agravamento dos custos ficou a dever-se principalmente ao aumento das provisões.

Mindelo, 21 de Maio de 2006

O Conselho de Administração

Baltazar dos Santos Ramos

Lucas Evangelista Santos

Rui Manuel de Oliveira Vera Cruz